

Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais: Estudo da Formação e Crescimento de uma ONG.

Rodrigo Rezende Rocha

Introdução

O presente artigo tem por escopo analisar o nascimento e o crescimento de uma Organização Não Governamental, em seus aspectos particulares. O atual cenário nacional e mundial tem destacado, cada vez mais, a participação direta das ONG's nas ações políticas, sociais e econômicas. Pretende-se evidenciar o enorme crescimento atingido por uma organização dessa natureza e pelos serviços que ela oferece, justificando sua atual posição de relevo na sociedade mineira.

A organização escolhida foi o Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais. Definida em seu estatuto como "uma entidade sem fins lucrativos e sem caráter político-partidário", pode-se afirmar que esse movimento constitui uma autêntica ONG. Atuante nos seus objetivos, dotada de infra-estrutura organizada e burocratizada, goza de representatividade local e nacional, elegendo como vereadora, nas últimas eleições municipais, a presidente de seu Conselho Diretor.

Além de um levantamento bibliográfico desde a criação, passando por seu crescimento, realizaram-se também consultas e entrevistas semi-estruturadas a vários participantes do movimento, visitas a órgãos e entidades que com ele interagem na cidade de

Belo Horizonte (PROCON-BH, Câmara Municipal de Belo Horizonte e prestadores de serviços cadastrados pelo movimento).

A proliferação de ONG's evidencia novas relações na estrutura sociopolítica perante o atual quadro de mudanças sociais e de comportamento dos grupos. Fischer, 1994, afirma que essas organizações vêm crescendo vertiginosamente desde

a década de 70, ocupando um espaço significativo nas relações público/privado. Cita como exemplo a maciça presença dessas entidades no evento ecológico mundial, Eco-92, conferência sediada no Rio de Janeiro, que deslocou a atenção mundial para problemas de preservação ambiental, direitos civis,

reivindicações de minorias, dentre outras relações de destaque.

Por sua vez, Fernandes, 1994, entende que, na busca de valores comuns, não se pode omitir a palavra cidadania, o que justifica e completa a autonomia alcançada pelas organizações que denomina de "terceiro setor". O autor entende que a linguagem dos "direitos" é parte indispensável das relações desse terceiro setor composto pelas ONG's, cuja atuação está presente em

O crescimento das organizações não governamentais é resultado do exercício da cidadania, na busca de valores comuns.

todas as conexões e relações imagináveis. Assim, o estudo da gênese e perenização de uma organização que alcança efetividade e eficácia nos seus objetivos e adquire representatividade no meio social e político, merece destaque no campo da pesquisa científica. Segundo Fontes (1996), quando esses movimentos conseguem transformar as relações capitalistas, revertendo em alguns momentos decisões do poder público, atingem a máxima expressão da autonomia. Escreve:

Com efeito, o eixo principal da análise se concentra, grosso modo, na questão de saber se os movimentos têm ou não capacidade para transformar as relações capitalistas de produção e, nesse sentido, as análises se direcionam para as relações entre o movimento e a macroestrutura sociopolítica, em um cenário de mudança social. (Fontes, 1996)

As ONG's. Breve histórico e contextualização no cenário brasileiro.

Abordar o histórico e o atual grau de importância das ONG's, ainda que somente no cenário nacional, seria tarefa por demais exaustiva. Neste modesto artigo não se tem tamanha pretensão, tão-somente elencamos fatores básicos que fornecem subsídio para nossa linha de pesquisa. Mister se faz evidenciar alguns dos pilares que propiciaram o aparecimento dessas organizações e, em que pese sua diversidade e individualidade, pontos comuns presentes na maioria delas.

Quando se pesquisa a formação de um novo setor,

independente daqueles públicos ou privados, admite-se a existência de uma linha de divisão tênue e flexível, muitas vezes rompida, entre esses três campos. Ao abordar-se movimentos sociais, resgatam-se conceitos controversos como: ação popular, cidadania, representatividade, processos políticos de mudança, mudança organizacional, dentre outros. Abre-se o discurso para uma variedade de temas entre os quais se quer manter uma afinidade de relações, ainda que o seu somatório não seja claramente enunciado.

Fernandes (1994), ao estudar as ONG's no contexto moderno, escreve que o surgimento dessas organizações talvez seja o sintoma mais claro, na América Latina, das tendências que nos levam a pensar num "terceiro setor". Não passam de um pequeno segmento, mas suas características resumem-se com nitidez na idéia do "privado com funções públicas". São instituições propriamente privadas, mas sem fins lucrativos. Lucros eventuais podem ser reinvestidos nas atividades-fim, não cabendo a sua distribuição, enquanto tais, entre os membros da organização. O autor conclui que, apesar de não serem governamentais, seus fins têm as características do serviço público, instadas a questionar sobre o significado das políticas públicas de cada projeto em que estejam envolvidas.

Claus Offe (1998) em conferência na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, assegurou que, nos países recentemente industrializados como o Brasil, os políticos e cidadãos têm a opção de não seguirem o trajeto que a sociedade européia escolheu no pós-guerra. Torna-se necessário pensar em novas formas de administrar e manter os Estados do Bem-estar

Social. Outras maneiras de participação, como as ONG's, devem ser valorizadas. Segundo esse autor:

Pelo menos 30% de toda produção do PIB estão ocorrendo dentro das residências das pessoas. É uma economia invisível que não está ocorrendo de maneira contratual. Isso deve ser expandido nas associações, nas ONG's, atividades filantrópicas, grupos ambientais de auto-ajuda e políticos. Acredito que esse setor pode crescer e absorver as atividades fora do mercado formal de trabalho. (Offe, 1998)

As movimentações sociais e políticas no Brasil, oriundas de uma longa gestação durante a década de 70, expuseram a busca pela democracia num período de transição e de rupturas. Naquela conjuntura, o começo das lutas populares encorajou as classes trabalhadoras a retomar suas perspectivas para conquistar novos espaços, fazendo uso da reivindicação de direitos, manifestações, greves e formação de movimentos locais. A democratização conseguiu abrir espaço para a presença participativa, resgatando a figura do "indivíduo-cidadão".

Sob esse prisma, Fernandes (1996), ao estudar o Movimento dos Sem Terra (MST), exemplifica muito bem a profundidade desse processo de mudança que fomenta o surgimento de organizações independentes. Segundo ele:

Nesse momento de ruptura e desafios às instituições convencionais, os trabalhadores rurais construíram uma nova forma de organização social. As lutas

populares que se desenvolveram nesse período contribuíram muito nas mudanças das estruturas tradicionais das organizações políticas, especialmente representado pela CUT e na construção do Partido dos Trabalhadores (PT). Estas instituições foram, no decorrer do tempo, as principais matrizes político-culturais do movimento que emergia. Mas a necessidade de criação de uma nova forma de organização social se dava exatamente pelos limites que as estruturas convencionais enfrentavam. Estas não respondiam às necessidades e aos interesses desses sujeitos.

Resumidamente, pode-se afirmar que as ONG's consolidam seu papel ao procurar oferecer um novo espaço de atuação aos objetivos comuns de seus membros, completando as lacunas deixadas pelos órgãos governamentais e empresas privadas. Para Vasques de Miranda, (1987) os coadjuvantes passam a atuar como atores centrais de lutas que trazem a marca da contestação, da resistência a situações de violência, do afloramento da consciência de carências, da formulação de reivindicações medidas pela afirmação de um direito, pela busca de uma cidadania plena.

O movimento das donas de casa e consumidores de Minas Gerais: MDC-MG.

O ambiente em que se deu o processo de formação do MDC-MG foi caracterizado pelo início da

redemocratização do país e pela propensa abertura política. Já se começava a questionar a necessidade de uma legislação mais eficaz no tocante às relações de consumo, direito de defesa perante associações comerciais, ações judiciais coletivas e outros pontos polêmicos. Segundo o presidente do Conselho Fiscal do MDC-MG:

(...) havia uma vontade de participação sufocada pela ditadura. Queríamos fazer algo realmente produtivo para fazer valer nossos direitos. Sentíamos as coisas erradas acontecerem na nossa porta e ficávamos impotentes. A união nos deu a força necessária para reclamar. O movimento funcionou como uma forma de resposta aos abusos e às pressões a que estivemos sujeitos por vários anos. (RELATO)

Corroborando esse raciocínio, Konder (1986), já assinalava, às vésperas da convocação da Assembleia Constituinte que elaboraria a nova Constituição Brasileira, em 1988, a necessidade de uma postura dos movimentos populares na direção do resgate da cidadania. O autor enfatizava:

Numa sociedade capitalista, complexa, a autonomia da esfera política (mesmo relativa) cresce de importância: as atividades políticas não decorrem automaticamente dos movimentos que se realizam no plano econômico e social, elas exigem opções, iniciativas (...) A realidade social que está emergindo das sucessivas mudanças promovidas de "cima para baixo" começa a exigir da

classe dominante que ela tome iniciativas em profundidade. Ainda não estamos diante de uma crise revolucionária, mas a burguesia está se dando conta de que, dependendo do que ela venha a fazer hoje, a crise pode vir a bater à sua porta. E uma das questões teórico-políticas mais importantes do qual a burguesia está sendo interpelada, é justamente a questão da cidadania. (Konder, 1986)

Formação, composição e consolidação do MDC-MG.

O MDC-MG foi fundado em 13 de setembro de 1983, para defender as donas de casa e os consumidores de Minas Gerais e contribuir para a qualidade de vida. Como premissa, seus fundadores institucionalizaram a idéia de que o movimento só seria legítimo se alcançasse a condição de uma entidade civil, sem fins lucrativos e sem caráter político-partidário, idéia essa que prevalece até hoje.

A composição do movimento é bem estruturada, contando com um Conselho Diretor, um Conselho Fiscal, uma Coordenação Executiva e um Conselho Consultivo. Todos esses órgãos são escolhidos através de Assembleia Geral entre os associados, a cada quatro anos.

COMPOSIÇÃO



14/07 - O que é o MDC - RBC
Fonte: <http://www.mdc.org.br>

Além de suas atribuições particulares, os quatro órgãos condutores do movimento primam pelo contato, colaboração e participação cotidiana dos associados, defendendo que essa movimentação popular é fundamental para a sustentação e legitimidade da entidade. Entendem que manter o interesse dos associados é necessário para resguardar uma ação política constante e ininterrupta, diferente, portanto, da postura momentânea, somente manifestada nas crises, que predomina na maioria de outros movimentos.

Com o crescimento do movimento, o aumento da burocratização se fez necessário a fim de preservar o grau de eficiência obtido nas primeiras conquistas. O movimento adquiriu, ainda que compulsoriamente, um caráter profissional e burocratizado, na medida em que suas ações se expandiram e seu sucesso passou a depender da capacidade técnica de responder aos anseios de seus associados .

Dessa forma, o MDC-MG tem se destacado por representar a comunidade satisfatoriamente, conduzindo a mobilização política em torno de seus objetivos e das reivindicações da sociedade. Sua atuação já atinge 22 municípios mineiros. O movimento integra a Federação das Donas de Casa e Defesa dos Consumidores de Minas Gerais e a Confederação Nacional das Donas de Casa e Consumidores.

Além disso, participa com voz ativa e direito de voto das seguintes comissões e conselhos: Comissão Nacional Permanente de Proteção e Defesa do Consumidor; Comissão Temática dos Consumidores do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP; Conselho de Consumidores da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG; Conselho Fiscal das Centrais de

Abastecimento de Minas Gerais – CEASA/MG; Conselho de Administração da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL.

Como forma de propaganda e de divulgação de suas ações, projetos e conquistas, tanto para os associados como para a população em geral, o MDC-MG lançou em 27 de maio de 1997 o jornal *Em Movimento*. Com periodicidade bimestral, obtém uma tiragem média de 10.000 (dez mil) exemplares. Nele não se publicam anúncios, propagandas pagas ou patrocínios de qualquer natureza.

Todas as matérias são de responsabilidade de seus autores, sem nenhuma contraprestação pecuniária. A temática reside em assuntos de interesse para donas de casa, tabelas de preços dos serviços praticados no mercado informal (bombeiros, eletricitistas, etc.), ações judiciais propostas, mudanças na legislação do país e entrevistas com autoridades direta ou indiretamente ligadas ao movimento.

Objetivos e formas de atuação junto à comunidade.

A presidente do Conselho Diretor define a missão do movimento como a ação permanente de informar e orientar corretamente as donas de casa e consumidores, contribuindo para a formação de uma consciência crítica e maior atuação nas relações de consumo. Como objetivos específicos, aponta:

- a) Defender os associados juridicamente, através de ações individuais e coletivas;*
- b) Atuar de forma incisiva para que o Código de Defesa do Consumidor – Lei 8.078 - e legislação correlata sejam*

observados e cumpridos; c) Incentivar o associativismo e a mobilização como instrumento de ação em busca da justiça e equidade social. (RELATO)

Pode-se observar que os objetivos descritos pela presidente estão de acordo com as ações praticadas nos quatorze anos de militância do movimento. Essa atuação se divide em grandes grupos, sendo que sete se destacam pelo vulto que tomam no dia-a-dia da comunidade.

O primeiro grupo de atividades caracteriza-se pela assistência judiciária oferecida pelo movimento. Além de prestar um atendimento especial para dúvidas que dizem respeito à legislação do empregado doméstico, orientando ambas as partes – empregado e empregador –, representa seus associados ou o conjunto de consumidores eventualmente prejudicados, através de ajuizamento de ações civis e coletivas. Assim, o MDC-MG atinge um elevado grau de representatividade na sociedade mineira.

Isso porque a vitória na seara jurídica, em questões de debate como consórcios, reajustes de preços e tarifas públicas, muitas vezes divulgada ostensivamente pela imprensa, é um resultado positivo e imediato da atuação da entidade. Mais ainda, tais ações constituem um dado empírico e oficial, que atesta a credibilidade do movimento. Segundo a opinião da Diretora Jurídica do MDC-MG:

As ações vencidas, coletivas ou individuais, são a expressão máxima

do resgate de respeito ao Código do Consumidor e, extensivamente, à pessoa do simples consumidor. Resgata o objetivo do movimento, propiciando um retorno a seus associados e à comunidade em geral. (RELATO)

Um segundo grupo consiste no plantão permanente de orientação e atendimento ao público, que funciona em horário comercial, durante toda a semana. Tendo por finalidade o atendimento externo, orienta sobre o Código do Consumidor, educação para o consumo e soluções de denúncias e reclamações. Paralela a essa atividade, uma terceira iniciativa tem se mostrado satisfatória. Trata-se da divulgação da educação para o consumo, ministrada através de palestras em escolas, associações comunitárias, sindicatos e empresas. A temática diz respeito à orientação e aplicação do Código do Consumidor e campanhas educativas para a conservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Duas outras iniciativas correspondem ao quarto e quinto grupo, respectivamente. Uma delas é a formação de um amplo cadastro de profissionais selecionados pela entidade para a execução de pequenos reparos e reformas, garantindo qualidade e, por conseguinte, gerando vários empregos indiretos. Outra atividade similar é a manutenção de convênios com empresas e profissionais de renome que oferecem produtos de qualidade e preço acessível. Por fim, o sexto e o sétimo grupo de atividades prestadas pela entidade possuem um caráter preventivo. Enquanto o sexto grupo tem por finalidade exercer pesquisa conjunta com a SUNAB local, repassando o

são tomadas entre os presidentes de conselho ao lado da vereadora, sem tempo útil para assembléias entre os associados. Esse conjunto de práticas diminui o contato direto da vereadora, ora presidente do Conselho Diretor, com as bases do movimento. Outro ponto excludente da participação de vários integrantes do movimento é o sigilo e a necessidade de conchavos para a obtenção de benefícios.

Para o Coordenador do PROCON-BH - órgão da administração da Prefeitura de Belo Horizonte responsável pela fiscalização e aplicação das diversas leis de proteção ao consumo no município - o movimento continua cumprindo o seu papel. A representação política da presidente do Conselho Diretor na Câmara não tem afetado o desempenho da entidade como ONG. Segundo ele:

O desempenho do MDC-MG o qualifica como uma organização atuante e, acima de tudo, pró-ativa na defesa de seus interesses. O caráter fiscalizador do qual está imbuído por força de lei o PROCON-BH o autoriza e o obriga a promover as diligências necessárias ao resguardo do arcabouço jurídico. Nas várias ações promovidas por nossa parte, encontramos a parceria do MDC-MG, que tem se destacado na busca pela efetivação da lei. Em outras situações, antecipa questões obscuras, sem jurisprudência anterior que garanta a certeza do mérito aludido. (RELATO)

Em que pesem o ritmo das atividades mantidas e o livre exercício da cidadania, o movimento parece estar

permeando os dois espaços - público e privado. Pelo recente exercício da presidente do Conselho Diretor na vereança, os dados levantados não nos permitem afirmar com precisão as conseqüências desse paradoxo.

Os aspectos positivos e negativos deverão manifestar-se ao longo do tempo, diante dos prováveis conflitos e confrontos internos. Até o presente momento, a avaliação dos membros entrevistados é positiva.

Considerações finais

Após a análise e descrição dos documentos e relatos, é possível levantar algumas questões:

A) a identidade do movimento tem permanecido a mesma desde sua criação. Algumas modificações, como a burocratização, o convênio com entidades particulares e o trabalho conjunto com órgãos públicos, foram inseridas naturalmente, dada a necessidade de modernizar e permitir flexibilidade às ações desenvolvidas durante seus quatorze anos de atuação.

B) a forma de empreender as ações coletivas tem sido positiva, satisfazendo a maioria de seus associados e a opinião pública. Além de atender aos interesses internos, essas ações têm gerado conseqüências positivas para vários grupos da população, indistintamente.

C) o movimento obteve efetiva representatividade, sendo constantemente chamado para participar de programas e debates com autoridades governamentais e outros segmentos de destaque da sociedade. Seu

crescimento, tanto em número de adesões como em avanço político, tem sido progressivo.

O MDC-MG constituiu-se num espaço público para além do sistema de representação política. Através de suas formas de organização de luta, evidenciou a autonomia dos sujeitos, individuais e coletivos, na busca da melhoria da qualidade de vida e no controle das suas ações contra as instituições de poder estabelecidas. Preencheu lacunas não abarcadas pelos discursos instituídos nos cenários da vida pública.

Todavia, o crescimento do movimento impõe a seus líderes a necessidade de procurar novas formas de gestão. Os diversos interesses defendidos e discutidos no seio da entidade parecem começar a dividir seus membros. Proporcionais à grande extensão obtida, tanto em quantidade como em profundidade dos assuntos abrangidos, surgem divergências ideológicas que ameaçam a unidade característica do MDC-MG.

Algumas poucas evidências já comprovam essa afirmação. O aumento de votos divergentes e discussões nas assembléias, a formação de subgrupos de trabalhos e a disputa pelos cargos diretivos internos demonstram que a organização tende a se deslocar da anterior posição de unanimidade para uma nova composição organizacional.

Aliado a esses fatores, o alargamento das fronteiras políticas após a representação no poder legislativo municipal, ao mesmo tempo que fortalece suas ações, compromete, ainda que discretamente, a tradição de movimento oposicionista e autônomo.

Resta agora o desafio de superar as manifestações de desajustes e desagregações internas, o que passará, necessariamente, pelo deslocamento dos moldes do poder e pela assimilação positiva de resultados oriundos dos conflitos emergentes.

Referências bibliográficas

1. OFFE, Claus. *Novas formas de administrar o Welfare State*. Agenda Econômica, Belo Horizonte, p.10-11, maio/1998.
2. FERNANDES, B. M. *MST. Formação e territorialidade*. São Paulo: Atlas, 1996.
3. FERNANDES, R. C. *Privado porém público*. Rio de Janeiro: Atlas, 1994.
4. FERNANDES, R.C. *Sem fins lucrativos*. Cadernos do ISER, Rio de Janeiro, n.20, fev. 1988.
5. FISCHER, R.M. et al. *O dilema das ONGs*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 18. Anais. Belo Horizonte: ANPAD, 1994.
6. FONTES, B. A. S. "Estrutura Organizacional das Associações Políticas Voluntárias". São Paulo, RBCS, n° 32, ano 11, Outubro de 1996.
7. KONDER, L. "A cidadania que não temos". Rio de Janeiro: Atlas, 1986, pp.112-14.
8. LADIM, Leilah. (org). "As ONG'S no Brasil." ISER, Rio de Janeiro, 1988.
9. MDC-MG. - Documentos internos
10. VASQUEZ DE MIRANDA, G. e outros. "Movimento de Mulheres." in "Movimentos Sociais em Minas Gerais – Emergências e Perspectivas." (org.). UFMG, 1987, pp.169-93.

Rodrigo Resende Rocha é mestre em Administração, especialista em Gestão Estratégica de Recursos Humanos, advogado professor da FACE - FUMEC e da UFMG.

E-mail: rocharr@net.em.com.br